



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	31
1. HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	33
1.1. Breve Histórico do Direito Penal Militar Brasileiro	33
1.2. As inovações trazidas pela Lei n. 9.299, de 7 de agosto de 1996	38
1.3. As inovações trazidas pela Lei n. 13.491, de 16 de outubro de 2017	45
1.4. As inovações trazidas pela Lei n. 14.688, de 20 de setembro de 2023	56
1.5. (In)Aplicabilidade da Lei n. 9.099/1995 ao Direito Castrense	56
2. DIREITO PENAL MILITAR SUBSTANTIVO E ADJETIVO	63
3. BEM JURÍDICO-PENAL	69
3.1. Generalidades	69
3.2. Bem jurídico-penal militar	72
3.3. A regularidade das instituições militares	78
4. CARÁTER ESPECIAL DO DIREITO PENAL MILITAR	83
5. FUNDAMENTOS E FINALIDADE DA PENA NO DIREITO PENAL MILITAR	87
5.1. Conceito precário de pena	88
5.2. Teorias absolutas da pena	89
5.3. Teorias relativas da pena	90
5.3.1. Prevenção geral	90
5.3.2. Prevenção especial	92
5.4. Teorias mistas, unificadoras, unitárias ou ecléticas	93
5.5. Teoria da pena e o Direito Penal Militar	94
6. CONCEITO DE DIREITO PENAL MILITAR	97
7. PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL MILITAR	99
7.1. Conceito de princípio e sua distinção das regras	99
7.2. Conflito entre princípios	99

7.3. Classificação dos princípios	102
7.4. Princípios do Direito Penal Militar	103
7.4.1. Princípio da legalidade	103
7.4.2. Princípio da intervenção mínima	112
7.4.3. Princípio da insignificância	117
7.4.4. Princípio da culpabilidade	123
7.4.5. Princípio da humanidade	125
7.4.6. Princípio <i>ne bis in idem</i>	126
7.4.7. Princípio da personalidade intranscendência ou da pessoalidade	128
7.4.8. Princípio da individualização da pena	130
7.4.9. Princípio da proporcionalidade	134
8. CRIME PRÓPRIA E IMPROPRIAMENTE MILITAR	139
8.1. Critério de configuração do crime militar	139
8.2. Relevância da distinção entre crimes propriamente e impropriamente militares	141
8.3. Teoria clássica	145
8.4. Visão da doutrina penal comum: uma “teoria topográfica”	145
8.5. Teoria de Jorge Alberto Romeiro: “teoria processual”	146
8.6. Classificação tricotômica de Ione de Souza Cruz e Cláudio Amin Miguel	147
9. RELAÇÃO DO DIREITO PENAL MILITAR COM OUTRAS CIÊNCIAS E OUTROS RAMOS DO DIREITO	149
9.1. Medicina Legal	149
9.2. Criminalística	149
9.3. Psiquiatria Forense	150
9.4. Ciências Criminais	150
9.5. Filosofia do Direito	150
9.6. Sociologia Jurídica	150
9.7. Direito Constitucional	151
9.8. Direito Administrativo	151
9.9. Direito Administrativo Disciplinar	151
10. FONTES DO DIREITO PENAL MILITAR	163
10.1. Fonte material	163
10.2. Fontes formais	163

10.2.1. Fonte imediata	164
10.2.2. Fontes mediatas	165
11. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR	167
11.1. Interpretação autêntica contextual no Código Penal Militar	173
11.1.1. Conceito de militar (art. 22 do CPM)	173
11.1.2. Conceito de militar por equiparação (art. 12 do CPM)	177
11.1.3. O extinto conceito de assemelhado (art. 21 do CPM)	180
11.1.4. Conceito de superior funcional (art. 24 do CPM)	182
11.1.5. Situação do militar estrangeiro (art. 11 do CPM)	189
11.1.6. Defeito de incorporação ou da matrícula (art. 14 do CPM)	191
11.1.7. Tempo de guerra (art. 15 do CPM)	192
11.1.8. Aplicação das regras da parte geral do CPM à legislação especial e aos crimes militares extravagantes e salário mínimo (art. 17 do CPM)	193
11.1.9. Infrações disciplinares (art. 19 do CPM)	197
11.1.10. Crimes praticados em tempo de guerra (art. 20 do CPM)	197
11.1.11. Equiparação a comandante (art. 23 do CPM)	197
11.1.12. Crime praticado em presença do inimigo (art. 25 do CPM)	198
11.1.13. Referência a brasileiro ou nacional (art. 26 do CPM)	198
11.1.14. Servidores da Justiça Militar (art. 27 do CPM)	199
11.1.15. Casos de prevalência do Código Penal Militar (art. 28 do CPM)	200
12. APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR	201
12.1. Lei penal militar no tempo	201
12.1.1. Tempo do crime militar	202
12.1.2. Irretroatividade da <i>lex gravior</i>	203
12.1.3. <i>Abolitio criminis</i>	204
12.1.4. <i>Lex mitior</i>	206
12.1.5. <i>Lex tertia</i>	208
12.1.6. Medidas de segurança	209
12.1.7. Norma penal em branco	209
12.1.8. Lei excepcional e lei temporária	210
12.1.9. Crime continuado e crime permanente	211
12.1.10. Lei n. 13.491, de 16 de outubro de 2017 e sua aplicação no tempo ...	211
12.1.11. Lei n. 14.688, de 20 de setembro de 2023, e sua aplicação no tempo	216

12.2. Lei penal militar no espaço	217
12.2.1. Os dispositivos despidiendos	220
12.2.2. Lugar do crime militar	220
12.3. Aplicação da lei penal militar em relação às pessoas	221
12.3.1. Jurisdicionados das Justiças Militares	221
12.3.2. Imunidade diplomática	226
12.3.3. Imunidades aplicadas aos detentores de mandatos eletivos	227
12.3.3.1. Imunidades aplicadas aos parlamentares	229
12.3.3.2. Noções fundamentais acerca da aplicação da lei penal em relação aos detentores de mandato eletivo no Poder Executivo	240
12.3.3.3. Efetiva aplicação da lei penal militar a ocupantes de cargos eletivos	245
12.3.3.4. Outros casos de restrição à prisão e de foro especial	255
12.4. Contagem de prazos no Direito Penal Militar	257
13. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	259
13.1. Criação	260
13.2. Exercício da jurisdição e crimes de competência do TPI	262
13.3. Pontos polêmicos do Estatuto de Roma em relação ao ordenamento jurídico brasileiro	265
13.3.1. Porosidade dos tipos penais em face da técnica heterodoxa (art. 9º) ..	266
13.3.2. Exceções ao princípio da coisa julgada	267
13.3.3. Imprescritibilidade dos delitos abrangidos pela competência do TPI ..	268
13.3.4. Entrega de nacionais em contraposição à vedação de extradição de brasileiros natos	268
13.3.5. Cominação de pena de prisão perpétua	269
13.4. Crime militar e a competência do TPI	270

DO FATO PUNÍVEL

1. DOGMÁTICA PENAL E POLÍTICA CRIMINAL	273
2. MODELOS PENAIS	277
2.1. Conceitos de crime	278
2.1.1. Formal	278
2.1.2. Material	278
2.1.3. Analítico	279
2.1.3.1. Causalismo clássico	280

2.1.3.2. Causalismo neoclássico	285
2.1.3.3. Finalismo	290
2.1.3.4. Funcionalismo penal	296
2.1.3.4.1. O funcionalismo penal de Claus Roxin	297
2.1.3.4.2. O funcionalismo penal de Günther Jakobs	301
2.1.3.4.3. Günther Jakobs e o Direito Penal do inimigo	306
2.1.3.5. A exaltação da “revolução welzeniana”: o finalismo como sistema reitor e seu conceito analítico de crime	308
2.1.3.5.1. Modelo adotado pelo Código Penal Militar	308
2.1.3.5.2. Modelo adotado no Código Penal comum	309
2.1.3.5.3. A negação do funcionalismo como modelo reitor para o Estado Democrático de Direito	311
2.1.3.5.4. O Direito Penal Militar e a possibilidade de aplicação de uma moldura finalista	317
2.1.3.6. Elementos do conceito analítico de crime segundo o finalismo .	319
2.1.3.6.1. Tipo de injusto: o fato típico	319
2.1.3.6.1.1. Ação humana	320
2.1.3.6.1.1.1. Teoria causal da ação	320
2.1.3.6.1.1.2. Teoria finalista da ação	321
2.1.3.6.1.1.3. Teoria social da ação	322
2.1.3.6.1.1.4. Outras teorias da ação	323
2.1.3.6.1.2. Resultado	324
2.1.3.6.1.3. Relação de causalidade	336
2.1.3.6.1.3.1. Teoria da equivalência dos antecedentes (teoria da <i>conditio sine qua non</i>)	336
2.1.3.6.1.3.2. Teoria da adequação	342
2.1.3.6.1.3.3. Teoria da relevância jurídica	343
2.1.3.6.1.3.4. Teoria da imputação objetiva do resultado	344
2.1.3.6.1.3.5. Nexo causal nos crimes omissivos	345
2.1.3.6.1.4. Tipo penal (tipo legal ou tipicidade em sentido estrito)	348
2.1.3.6.1.4.1. Escorço histórico da teoria da tipicidade	348
2.1.3.6.1.4.2. Tipo penal militar comissivo doloso	353
2.1.3.6.1.4.3. Tipo penal militar omissivo	360
2.1.3.6.1.4.4. Tipo penal militar culposo	362
2.1.3.6.1.4.5. Tipo legal do crime militar: as hipóteses do art. 9º do CPM	367
2.1.3.6.1.4.6. Propostas de subsunção típica para os crimes militares após a Lei n. 13.491/2017	376
2.1.3.6.1.4.7. Inciso I do art. 9º do CPM	379
2.1.3.6.1.4.8. Inciso II do art. 9º do CPM	383
2.1.3.6.1.4.9. Inciso III do art. 9º do CPM	445

2.1.3.6.1.4.10. Os crimes militares dolosos contra a vida de civis: os parágrafos do art. 9º do CPM	465
2.1.3.6.1.4.11. Os crimes militares em tempo de guerra: art. 10 do CPM	479
2.1.3.6.1.4.12. Concurso de pessoas no Direito Penal Militar	484
2.1.3.6.2. Tipo de injusto: a antijuridicidade	501
2.1.3.6.2.1. Escorço histórico	501
2.1.3.6.2.2. Antijuridicidade, injusto e antinormatividade	502
2.1.3.6.2.3. Antijuridicidade ou ilicitude?	503
2.1.3.6.2.4. Antijuridicidade penal e extrapenal	503
2.1.3.6.2.5. Antijuridicidade material e formal	506
2.1.3.6.2.6. Desvalor da ação e desvalor do resultado	506
2.1.3.6.2.7. Excludentes de antijuridicidade no Código Penal Militar	507
2.1.3.6.2.7.1. Estado de necessidade	508
2.1.3.6.2.7.2. Legítima defesa	513
2.1.3.6.2.7.3. Estrito cumprimento do dever legal	519
2.1.3.6.2.7.4. Exercício regular de um direito	521
2.1.3.6.2.7.5. Uso necessário da força para compelir subordinado	523
2.1.3.6.2.7.6. Consentimento do ofendido	525
2.1.3.6.2.7.7. Excesso nas causas justificantes	526
2.1.3.6.3. Culpabilidade	529
2.1.3.6.3.1. Teorias da culpabilidade e os modelos penais	530
2.1.3.6.3.1.1. Teoria psicológica da culpabilidade	530
2.1.3.6.3.1.2. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	531
2.1.3.6.3.1.3. Teoria normativa pura da culpabilidade	532
2.1.3.6.3.2. Imputabilidade	533
2.1.3.6.3.2.1. O problema da maioria penal no Código Penal Militar ou o Direito Penal Militar Juvenil (?)	535
2.1.3.6.3.2.2. Embriaguez e seu tratamento no Código Penal Militar	561
2.1.3.6.3.3. Potencial conhecimento da ilicitude	566
2.1.3.6.3.3.1. A problemática do erro e a consciência da ilicitude	567
2.1.3.6.3.4. Exigibilidade de conduta diversa	584
2.1.3.6.3.4.1. Coação irresistível e obediência hierárquica	585
2.1.3.6.3.4.2. Estado de necessidade exculpante	598
2.1.3.6.3.4.3. Inexigibilidade de conduta diversa como causa suprallegal de exclusão da culpabilidade	599

CONSEQUÊNCIAS DO CRIME

1. DAS PENAS PRINCIPAIS	603
1.1. Pena de morte	604
1.2. Reclusão e detenção	609
1.3. Prisão	622
1.4. Impedimento	623
1.5. As revogadas penas de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função e de reforma	624
2. DA APLICAÇÃO DA PENA	633
2.1. Primeira fase da aplicação da pena: definição da pena-base	637
2.2. Segunda fase da aplicação da pena: circunstâncias agravantes e atenuantes ..	648
2.2.1. Circunstâncias agravantes	649
2.2.2. Circunstâncias atenuantes	658
2.3. Terceira fase da aplicação da pena: causas especiais de aumento e diminuição de pena	666
3. DAS PENAS ACESSÓRIAS	673
3.1. Espécies de penas acessórias	674
3.1.1. Perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e incompatibilidade com o oficialato	674
3.1.2. Exclusão das Forças Armadas	685
3.1.3. Perda da função pública	693
3.1.4. Inabilitação para o exercício de função pública	695
3.1.5. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela, quando tal medida for determinante para salvaguardar os interesses do filho, do tutelado ou do curatelado	696
3.1.6. Suspensão dos direitos políticos	700
3.1.7. Imposição de pena acessória	702
4. MEDIDAS DE SEGURANÇA	703
4.1. Pessoas sujeitas às medidas de segurança	704
4.2. Internação em estabelecimento de custódia e tratamento ou seção especial de estabelecimento penal e tratamento ambulatorial	705
4.3. Cassação de licença para dirigir veículos motorizados	713
4.4. Exílio local	714
4.5. Proibição de frequentar determinados lugares	715
4.6. Interdição de estabelecimento, sociedade ou associação	715

4.7. Confisco	716
4.8. Quadro resumido	716
5. CONCURSO DE CRIMES NO CÓDIGO PENAL MILITAR	719
5.1. Conceito	719
5.2. Diferenciação entre reincidência, concurso de pessoas e concurso aparente de normas	719
5.3. Sistemas de aplicação de penas em concurso de crimes	720
5.4. Concurso de crimes no Código Penal Militar	720
5.4.1. Análise do art. 79 do CPM	720
5.4.2. Crime continuado no CPM	731
5.4.3. O problema do art. 81 do CPM na unificação das penas privativas de liberdade no concurso de crimes e na fixação da pena final em crimes praticados isoladamente	735
6. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA	739
6.1. Conceito	739
6.2. Requisitos	739
6.3. Condições	741
6.4. Revogação	743
6.4.1. Causas de revogação obrigatória	743
6.4.2. Revogação facultativa	745
6.5. Prorrogação	747
6.6. Extinção da pena	748
6.7. Não aplicação do <i>sursis</i>	748
7. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	751
7.1. Conceito	751
7.2. Requisitos	751
7.3. Penas em concurso de infrações	752
7.4. Especificação das condições	753
7.5. Revogação	753
7.5.1. Obrigatória	753
7.5.2. Facultativa	754
7.6. Extinção da pena	754
7.7. Não aplicação do livramento condicional	754
7.8. Casos especiais	754

8. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	755
9. AÇÃO PENAL	769
9.1. Introdução	769
9.2. Condições da ação	771
9.3. Espécies de ação penal do Direito Penal comum	773
9.3.1. Ação penal pública	773
9.3.1.1. Ação penal pública incondicionada (ou absoluta)	775
9.3.1.2. Ação penal pública condicionada	776
9.3.1.2.1. Representação do ofendido ou de seu representante legal	776
9.3.1.2.2. Requisição do Ministro da Justiça	778
9.3.2. Ação penal privada. Modalidades	778
9.3.2.1. Ação penal privada exclusiva	779
9.3.2.1.1. Queixa-crime	780
9.3.2.1.2. Renúncia	781
9.3.2.1.3. Perdão do ofendido	782
9.3.2.2. Ação penal privada subsidiária da pública	782
9.4. Ação penal no Direito Penal Militar	783
9.4.1. Ação penal nos crimes militares extravagantes	787
10. PUNIBILIDADE	791
10.1. Conceito	791
10.2. Causas extintivas da punibilidade no Direito Penal comum	795
10.2.1. Morte do agente	796
10.2.2. Anistia, graça ou indulto	798
10.2.2.1. Anistia	798
10.2.2.2. Graça ou indulto	799
10.2.3. "Abolitio criminis"	801
10.2.4. Decadência	802
10.2.5. Perempção	803
10.2.6. Renúncia do direito de queixa e perdão aceito	803
10.2.7. Retratação do agente	804
10.2.8. Perdão judicial	804
10.2.9. Prescrição	804
10.3. Causas extintivas da punibilidade no Direito Penal Militar	804
10.3.1. Morte do agente	805

10.3.2. Anistia ou indulto	805
10.3.2.1. Anistia	805
10.3.2.2. Graça e Indulto	814
10.3.3. “Abolitio criminis”	815
10.3.4. Prescrição	815
10.3.5. Ausência da decadência, perempção, renúncia ao direito de queixa e perdão do ofendido aceito pelo querelado como causas extintivas da punibilidade no Direito Penal Militar	815
10.3.6. Perdão judicial no Direito Penal Militar	818
11. PRESCRIÇÃO	823
11.1. Introdução	823
11.2. Prescrição da pretensão punitiva	825
11.2.1. Prazos da prescrição da pretensão punitiva	826
11.2.2. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva	834
11.2.3. Suspensão do prazo da prescrição da pretensão punitiva	840
11.2.3.1. Causas suspensivas previstas no Código Penal Militar	840
11.2.3.1.1. Questões prejudiciais heterogêneas	840
11.2.3.1.2. Cumprimento de pena no estrangeiro	846
11.2.3.1.3. Pendência de embargos de declaração ou de recursos ao Supremo Tribunal Federal, se estes forem considerados inadmissíveis	846
11.2.3.2. Causas suspensivas extravagantes ao Código Penal Militar	848
11.2.3.2.1. Sustação da ação penal contra parlamentar federal e estadual	848
11.2.3.2.2. Suspensão da prescrição em crime praticado pelo Presidente da República	849
11.2.3.2.3. Suspensão condicional do processo nos termos da Lei n. 9.099/95 (sursis processual)	852
11.2.3.2.4. Suspensão da prescrição nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal comum	853
11.2.3.2.5. Suspensão da prescrição pela expedição de carta rogatória	858
11.2.3.2.6. Causas suspensivas trazidas pela Lei n. 13.964/2019 (“Pacote Anticrime”)	859
11.2.4. Interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	861
11.2.4.1. Causas de interrupção do prazo prescricional da pretensão punitiva expressas no Código Penal Militar	862
11.2.4.2. Causas interruptivas do Código Penal comum e sua irrelevância para a prescrição da pretensão punitiva do crime militar	884
11.2.4.3. Disposições específicas sobre a interrupção da prescrição da pretensão punitiva	886

11.2.5. Espécies de prescrição da pretensão punitiva	887
11.2.5.1. Prescrição retroativa da pretensão punitiva, com base na pena em concreto	887
11.2.5.2. Prescrição intercorrente da pretensão punitiva, com base na pena em concreto	893
11.2.5.3. Prescrição virtual da pretensão punitiva, com base na possível aplicação de uma pena em concreto	895
11.3. Prescrição da pretensão executória	902
11.3.1. Prazos de prescrição da pretensão executória	902
11.3.2. Termo inicial da prescrição da pretensão executória	906
11.3.3. Causas suspensivas da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória	911
11.3.4. Causas interruptivas da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória	911
11.3.5. Efeitos do reconhecimento da prescrição da pretensão executória	912
11.4. Prescrição do crime de deserção	912
12. REABILITAÇÃO	917
INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL	921
1 CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA EXTERNA DO PAÍS	923
1. Hostilidade contra país estrangeiro	931
2. Provocação a país estrangeiro	938
3. Ato de jurisdição indevida	940
4. Violação de território estrangeiro	947
5. Entendimento para empenhar o brasil à neutralidade ou à guerra	949
6. Entendimento para gerar conflito ou divergência com o brasil	952
7. Tentativa contra a soberania do brasil	955
8. Consecução de notícia, informação ou documento para fim de espionagem ..	961
9. Revelação de notícia, informação ou documento	966
10. Turbação de objeto ou documento	970
11. Penetração com o fim de espionagem	972
12. Desenho ou levantamento de plano ou planta de local militar ou de engenho de guerra	975
13. Sobrevoos em local interdito	978
14. <i>Sursis</i> , livramento condicional e liberdade provisória	979

2. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR	983
1. Do motim e da revolta	983
1.1. Motim	983
1.2. Revolta	998
1.3. Organização de grupo para a prática de violência	1000
1.4. Omissão de lealdade militar	1004
1.5. Conspiração	1006
1.6. Cumulação de penas	1010
2. Da aliciação e do incitamento	1012
2.1. Aliciação para motim ou revolta	1012
2.2. Incitamento	1015
2.3. Apologia de fato criminoso ou do seu autor	1020
3. Da violência contra superior ou militar de serviço	1023
3.1. Violência contra superior	1023
3.2. Violência contra militar de serviço	1040
3.3. Ausência de dolo no resultado	1048
4. Do desrespeito a superior e a símbolo nacional ou a farda	1054
4.1. Desrespeito a superior	1054
4.2. Desrespeito a símbolo nacional	1064
4.3. Despojamento desprezível	1067
5. Da insubordinação	1070
5.1. Recusa de obediência	1070
5.2. Oposição à ordem de Sentinela	1078
5.3. Reunião ilícita	1081
5.4. Publicação ou crítica indevida	1088
6. Da usurpação e do excesso ou abuso de autoridade	1095
6.1. Assunção de comando sem ordem ou autorização	1095
6.2. Conservação ilegal de comando	1097
6.3. Operação militar sem ordem superior	1099
6.4. Ordem arbitrária de invasão	1101
6.5. Uso indevido por militar de uniforme, distintivo ou insígnia	1104
6.6. Uso indevido de uniforme, distintivo ou insígnia militar por qualquer pessoa	1106
6.7. Abuso de requisição militar	1112

6.8.	Rigor excessivo	1116
6.9.	Violência contra inferior	1121
6.10.	Ofensa aviltante a inferior hierárquico	1127
7.	Da resistência	1131
7.1.	Resistência mediante ameaça ou violência	1131
8.	Da fuga, evasão, arrebatamento e amotinamento de presos	1136
8.1.	Fuga de preso ou internado	1136
8.2.	Modalidade culposa	1140
8.3.	Evasão de preso ou internado	1143
8.4.	Arrebatamento de preso ou internado	1147
8.5.	Amotinamento	1150
9.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1154
3.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA O SERVIÇO MILITAR E O DEVER MILITAR	1157
1.	Da insubmissão	1157
1.1.	Insubmissão	1157
1.2.	Criação ou simulação de incapacidade física	1161
1.3.	Substituição de convocado	1163
1.4.	Favorecimento a convocado	1164
2.	Da deserção	1169
2.1.	Deserção	1169
2.2.	Casos assimilados	1200
2.3.	Atenuante e agravante especiais	1208
2.4.	Deserção especial	1210
2.5.	Concerto para deserção	1216
2.6.	Deserção por evasão ou fuga	1218
2.7.	Favorecimento a desertor	1224
2.8.	Omissão de oficial	1226
3.	Do abandono de posto e de outros crimes em serviço	1228
3.1.	Abandono de posto	1228
3.2.	Descumprimento de missão	1234
3.3.	Retenção indevida	1237
3.4.	Omissão de eficiência da força	1240
3.5.	Omissão de providências para evitar danos	1243

3.6.	Omissão de providências para salvar comandados	1245
3.7.	Omissão de socorro	1247
3.8.	Embriaguez em serviço	1250
3.9.	Dormir em serviço	1257
4.	Do exercício de comércio	1260
4.1.	Exercício de comércio por oficial	1260
5.	<i>Sursis</i> , livramento condicional e liberdade provisória	1267
4.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	1269
1.	Do homicídio	1269
1.1.	Homicídio simples, “privilegiado” e qualificado	1269
1.2.	Homicídio culposo	1283
1.3.	Provocação direta ou auxílio a suicídio	1299
2.	Do genocídio	1316
2.1.	Genocídio	1316
3.	Da lesão corporal e da rixa	1323
3.1.	Lesão corporal dolosa	1323
3.2.	Lesão culposa	1341
3.3.	Participação em rixa	1346
4.	Da periclitación da vida ou da saúde	1348
4.1.	Abandono de pessoa	1348
4.2.	Maus-tratos	1352
5.	Dos crimes contra a honra	1358
5.1.	Calúnia	1358
5.2.	Difamação	1371
5.3.	Injúria	1375
5.4.	Injúria real	1385
5.5.	Ofensa às Forças Armadas	1387
6.	Dos crimes contra a liberdade	1390
6.1.	Dos crimes contra a liberdade individual	1390
6.1.1.	Constrangimento ilegal	1390
6.1.2.	Ameaça	1402
6.1.3.	Desafio para duelo	1405
6.1.4.	Sequestro ou cárcere privado	1407
6.2.	Do crime contra a inviolabilidade do domicílio	1413
6.2.1.	Violação de domicílio	1413

6.3. Crimes contra a inviolabilidade de correspondência ou comunicação	1434
6.3.1. Violação de correspondência	1434
6.4. Crimes contra a inviolabilidade dos segredos de caráter particular ..	1444
6.4.1. Divulgação de segredo	1444
6.4.2. Violação de recato	1447
6.4.3. Violação de segredo profissional	1462
7. Crimes sexuais	1465
7.1. Estupro	1466
7.2. Corrupção de menores	1490
7.3. Ato de libidinagem	1495
8. Do ultraje público ao pudor	1500
8.1. Ato obsceno	1500
8.2. Escrito ou objeto obsceno	1504
9. <i>Sursis</i> , livramento condicional e liberdade provisória	1507
5. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1509
1. Do furto	1509
1.1. Furto	1509
1.2. Furto de uso	1533
2. Do roubo e da extorsão	1536
2.1. Roubo	1536
2.2. Extorsão	1557
2.3. Extorsão mediante sequestro	1564
2.4. Chantagem	1570
2.5. Extorsão indireta	1573
3. Da apropriação indébita	1576
3.1. Apropriação indébita simples	1576
3.2. Apropriação de coisa havida acidentalmente	1582
4. Do estelionato e outras fraudes	1588
4.1. Estelionato	1588
4.2. Abuso de pessoa	1606
5. Da receptação	1609
5.1. Receptação	1609
5.2. Receptação culposa	1616

6.	Da usurpação	1617
6.1.	Alteração de limites	1617
6.2.	Aposição, supressão ou alteração de marca	1620
7.	Do dano	1622
7.1.	Dano simples, dano atenuado e dano qualificado	1622
7.2.	Dano em material ou aparelhamento de guerra	1626
7.3.	Dano em navio de guerra ou mercante em serviço militar	1629
7.4.	Dano em aparelhos e instalações de aviação e navais, e em estabelecimentos militares	1632
7.5.	Desaparecimento, consunção ou extravio	1635
8.	Da usura	1640
8.1.	Usura pecuniária	1640
9.	<i>Sursis</i> , livramento condicional e liberdade provisória	1646
6.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	1647
1.	Dos crimes de perigo comum	1647
1.1.	Incêndio	1647
1.2.	Explosão	1653
1.3.	Emprego de gás tóxico ou asfixiante	1659
1.4.	Abuso de radiação	1662
1.5.	Inundação	1665
1.6.	Perigo de inundação	1668
1.7.	Desabamento ou desmoronamento	1672
1.8.	Subtração, ocultação ou inutilização de material de socorro	1675
1.9.	Fatos que expõem a perigo aparelhamento militar	1677
1.10.	Formas qualificadas pelo resultado	1678
1.11.	Difusão de epizootia ou praga vegetal	1678
1.12.	Embriaguez ao volante	1681
1.13.	Perigo resultante de violação de regra de trânsito	1687
1.14.	Fuga após acidente de trânsito	1689
2.	Dos crimes contra os meios de transporte e de comunicação	1697
2.1.	Perigo de desastre ferroviário	1697
2.2.	Atentado contra transporte	1701

2.3. Atentado contra viatura ou outro meio de transporte	1705
2.4. Formas qualificadas pelo resultado	1707
2.5. Arremesso de projétil	1708
2.6. Atentado contra serviço de utilidade militar	1710
2.7. Interrupção ou perturbação de serviço ou meio de comunicação	1713
2.8. Aumento de pena	1716
3. Dos crimes contra a saúde	1717
3.1. Tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar ...	1717
3.1.1. Apresentação para o serviço sob efeito de substância entorpe- cente	1744
3.2. Receita ilegal	1749
3.3. Epidemia	1755
3.4. Envenenamento com perigo extensivo	1759
3.5. Corrupção ou poluição de água potável	1763
3.6. Fornecimento de substância nociva	1765
3.7. Fornecimento de substância alterada	1767
3.8. Omissão de notificação de doença	1770
4. <i>Sursis</i> , livramento condicional e liberdade provisória	1772
7. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A ADMINIS- TRAÇÃO MILITAR	1773
1. Do desacato e da desobediência	1773
1.1. Desacato a superior	1773
1.2. Desacato a militar	1783
1.3. Desacato a servidor público	1790
1.4. Desobediência	1794
1.5. Ingresso clandestino	1800
2. Do peculato	1803
2.1. Peculato	1803
2.2. Peculato mediante aproveitamento do erro de outrem	1818
3. Da concussão, excesso de exação e desvio	1821
3.1. Concussão	1821
3.2. Excesso de exação	1828
3.3. Desvio	1831
4. Da corrupção	1834

4.1. Corrupção passiva	1834
4.2. Corrupção ativa	1843
4.3. Participação ilícita	1845
5. Da falsidade	1848
5.1. Falsificação de documento	1848
5.2. Falsidade ideológica	1858
5.3. Cheque sem fundos	1863
5.4. Certidão ou atestado ideologicamente falso	1866
5.5. Uso de documento falso	1869
5.6. Supressão de documento	1872
5.7. Uso de documento pessoal alheio	1874
5.8. Falsa identidade	1876
6. Dos crimes contra o dever funcional	1879
6.1. Prevaricação	1879
6.2. Violação do dever funcional com o fim de lucro	1884
6.3. Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	1887
6.4. Condescendência criminosa	1890
6.5. Não inclusão de nome em lista	1894
6.6. Inobservância de lei, regulamento ou instrução	1895
6.7. Violação ou divulgação indevida de correspondência ou comunicação ...	1902
6.8. Violação de sigilo funcional	1904
6.9. Violação de sigilo de proposta de concorrência	1908
6.10. Obstáculo à hasta pública, concorrência ou tomada de preços	1914
6.11. Exercício funcional ilegal	1918
6.12. Abandono de cargo	1920
6.13. Aplicação ilegal de verba ou dinheiro	1922
6.14. Abuso de confiança ou boa-fé	1925
6.15. Violência arbitrária	1927
6.16. Patrocínio indébito	1932
7. Dos crimes praticados por particular contra a administração militar	1935
7.1. Usurpação de função	1935
7.2. Tráfico de influência	1937
7.3. Subtração ou inutilização de livro, processo ou documento	1941
7.4. Inutilização de edital ou de sinal oficial	1943

7.5. Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	1944
8. <i>Sursis</i> , livramento condicional e liberdade provisória	1948
CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR	1951
1. Recusa de função na justiça militar	1954
2. Desacato	1959
3. Coação	1962
4. Denúnciação caluniosa	1964
5. Comunicação falsa de crime	1969
6. Autoacusação falsa	1972
7. Falso testemunho ou falsa perícia	1974
8. Corrupção ativa de testemunha, perito ou intérprete	1981
9. Publicidade opressiva	1984
10. Desobediência a decisão judicial	1986
11. Favorecimento pessoal	1988
12. Favorecimento real	1991
13. Inutilização, sonegação ou descaminho de material probante	1993
14. Exploração de prestígio	1996
15. Desobediência à decisão sobre perda ou suspensão de atividade ou direito	1999
16. <i>Sursis</i> , livramento condicional e liberdade provisória	2000
BREVES COMENTÁRIOS AOS CRIMES MILITARES EM TEMPO DE GUERRA	2001
1. Do favorecimento ao inimigo	2004
1.1. Da traição	2004
1.1.1. Traição	2004
1.1.2. Favor ao inimigo	2008
1.1.3. Tentativa contra a soberania do Brasil	2010
1.1.4. Coação a Comandante	2011
1.1.5. Informação ou auxílio ao inimigo	2012
1.1.6. Aliciação de militar	2013
1.1.7. Ato prejudicial à eficiência da tropa	2014
1.2. Da traição imprópria	2015
1.2.1. Traição imprópria	2015
1.3. Da cobardia	2016
1.3.1. Cobardia	2016
1.3.2. Cobardia qualificada	2017

1.3.3.	Fuga em presença do inimigo	2018
1.4.	Da espionagem	2019
1.4.1.	Espionagem	2019
1.4.2.	Penetração de estrangeiro	2019
1.5.	Do motim e da revolta	2020
1.5.1.	Motim, revolta ou conspiração	2020
1.5.2.	Omissão de lealdade militar	2020
1.6.	Do incitamento	2021
1.6.1.	Incitamento	2021
1.6.2.	Incitamento em presença do inimigo	2021
1.7.	Da inobservância do dever militar	2021
1.7.1.	Rendição ou capitulação	2021
1.7.2.	Omissão de vigilância	2022
1.7.3.	Descumprimento do dever militar	2023
1.7.4.	Falta de cumprimento de ordem	2024
1.7.5.	Entrega ou abandono culposo	2025
1.7.6.	Captura ou sacrifício culposo	2026
1.7.7.	Separação reprovável	2027
1.7.8.	Abandono de comboio	2028
1.7.9.	Separação culposa de comando	2029
1.7.10.	Tolerância culposa	2030
1.7.11.	Entendimento com o inimigo	2031
1.8.	Do dano	2031
1.8.1.	Dano especial	2031
1.8.2.	Dano em bens de interesse militar	2032
1.8.3.	Envenenamento, corrupção ou epidemia	2032
1.9.	Dos crimes contra a incolumidade pública	2033
1.9.1.	Crimes de perigo comum	2033
1.10.	Da insubordinação e da violência	2033
1.10.1.	Recusa de obediência ou oposição	2033
1.10.2.	Coação contra Oficial-General ou Comandante	2034
1.10.3.	Violência contra superior ou militar de serviço	2034
1.11.	Do abandono de posto	2035
1.11.1.	Abandono de posto	2035
1.12.	Da deserção e da falta de apresentação	2035
1.12.1.	Deserção	2035
1.12.2.	Deserção em presença do inimigo	2036
1.12.3.	Falta de apresentação	2036
1.13.	Da libertação, da evasão e do amotinamento de prisioneiros	2037

1.13.1.	Libertação de prisioneiro	2037
1.13.2.	Evasão de prisioneiro	2037
1.13.3.	Amotinamento de prisioneiros	2039
1.14.	Do favorecimento culposo ao inimigo	2039
1.14.1.	Favorecimento culposo	2039
2.	Da hostilidade e da ordem arbitrária	2040
2.1.	Prolongamento de hostilidades	2040
2.2.	Ordem arbitrária	2040
3.	Dos crimes contra a pessoa	2041
3.1.	Do homicídio	2041
3.1.1.	Homicídio simples	2041
3.2.	Do genocídio	2042
3.2.1.	Genocídio	2042
3.2.2.	Casos assimilados	2042
3.3.	Da lesão corporal	2042
3.3.1.	Lesão leve	2042
4.	Dos crimes contra o patrimônio	2043
4.1.	Furto	2043
4.2.	Roubo ou extorsão	2043
4.3.	Saque	2044
5.	Do rapto e da violência carnal	2044
5.1.	Rapto	2044
5.2.	Violência carnal	2047
5.3.	<i>Sursis</i> e livramento condicional	2047
REFERÊNCIAS	2049